ATA - SESSÃO ORDINÁRIA - NR 90/2026
Autoria: CARLOS EDUARDO MENDES DE ALENCAR
IPORA, GO, 22 de Outubro de 2026

ATA – SESSÃO ORDINÁRIA

Nº 90/2026

Às nove horas do dia vinte e um de outubro de dois mil e vinte seis, no Plenário da Câmara Municipal de Iporá, Estado de Goiás, teve início a nonagésima Sessão Ordinária da Vigésima Legislatura, a qual foi presidida pelo Senhor Presidente Carlos Eduardo Mendes de Alencar, que sob a proteção de Deus e em nome da comunidade declarou aberta a presente sessão. Agradeceu a presença dos Nobres Pares, estando presentes os seguintes vereadores: Carlos Henrique dos Anjos Barbosa, Cássio Douglas Mendes Lara, Cláudia Ribeiro de Lima, Kelio Pereira Borges, Rafael Junio Neves de Souza, Rangel Araújo Pimenta, Ricardo da Mota Vital, Ronis Aparecida da Silva Suavinha, Samuel Martins de Queiroz, Suélio Gomes da Silva, Viviane de Leão Duarte Specian e Wenio Lima de Jesus. O Senhor Presidente, pediu a vereadora Ronis Suavinha para que procedesse com a leitura na Bíblia Sagrada, a qual permaneceu aberta sobre a mesa da Presidência em local de destaque. A Vereadora Viviane Specian solicitou questão de ordem e ressaltou a dificuldade de dar continuidade aos trabalhos da sessão em razão do barulho decorrente das obras de reforma na Casa Legislativa. Diante do exposto, o Senhor Presidente suspendeu a sessão por 05 minutos, a fim de que os trabalhadores interrompessem as atividades até o encerramento da sessão, sendo às 09hrs e 17min, retornando às 09hrs e 22min.

A autenticidade deste documento pode ser atestada acessando: http://ipora.legosistemas.com.br/autenticidade
Hash de Autenticidade: 9SX5SJT3-8YL0V97Z - Gerado em 22/10/2026 - 08:47:19

Reabrindo os trabalhos. O Senhor Presidente colocou ata da sessão anterior em votação, sendo aprovada por unanimidade. Na apresentação de matérias o Senhor Presidente pediu ao Primeiro Secretário o vereador Cássio Lara, para que realizasse a leitura das seguintes proposições: **Requerimento nº 118/2026** de autoria do vereador Carlos Eduardo. **Requerimento nº 119/2026** de autoria do vereador Cássio Lara. **Requerimento nº 120/2026** de autoria do vereador Cássio Lara. **Requerimento nº 121/2026** de autoria do vereador Cássio Lara. **Não houve o uso da Palavra pelas lideranças Partidárias.** Em questão de ordem, a Vereadora Viviane Specian solicitou ao Senhor Presidente a reabertura das inscrições para uso da palavra na tribuna, tendo o pedido sido atendido. **Logo em seguida, o Senhor Presidente declarou Aberto o Espaço para o uso da Palavra pelos vereadores.** O Vereador Rafael Junio, cumprimentou todos os presentes, e manifestou acerca da decisão judicial que, impediu a realização da sessão extraordinária destinada à votação do afastamento da Prefeita Maysa Cunha, no âmbito do processo de impeachment. Parabenizou a Comissão Processante, composta pela Vereadora Viviane Specian, na condição de Presidente, pelo Vereador Ricardo Vital, como Relator, e pelo Vereador Cássio Lara como membro, destacando o trabalho desempenhado pelos membros da Comissão. Declarou respeitar a decisão judicial, porém manifestou discordância quanto ao seu teor, defendendo a autonomia e a independência do Poder Legislativo no exercício de suas atribuições. Informou, ter solicitado uma

A autenticidade deste documento pode ser atestada acessando: http://ipora.legosistemas.com.br/autenticidade
Hash de Autenticidade: 9SX5SJT3-8YL0V97Z - Gerado em 22/10/2026 - 08:47:19

reunião com a participação dos treze Vereadores e do Senador Gustavo Gayer, com o objetivo de apresentar a situação do Município de Iporá e expor as principais demandas enfrentadas pela população. Relatou problemas relacionados à saúde pública, à insuficiência de ambulâncias, aos repasses ao IPASGO, à garantia dos direitos dos aposentados, aos atrasos no pagamento dos salários dos servidores públicos, à conservação das vias públicas e à paralisação do tomógrafo municipal, ressaltando a necessidade de atenção e de providências para solucionar tais questões. Rebateu as alegações de perseguição política contra a Prefeita, afirmando que ela teve a oportunidade de exercer seu mandato e que permaneceu na base governista durante um ano e cinco meses, período em que aguardou melhorias na administração municipal. Agradeceu ao Senador Gustavo Gayer pela atenção e pela resposta à solicitação de reunião, manifestando expectativa de que o parlamentar conheça de perto a realidade do Município e suas dificuldades. Convidou os demais Vereadores a participarem do encontro, a fim de apresentar as demandas da população de Iporá e buscar apoio para o encaminhamento de soluções aos problemas enfrentados pelo Município. O vereador Suélio Gomes cumprimentou os vereadores e toda a população que acompanhava a sessão pelas redes sociais. Manifestou seu descontentamento com a suspensão da sessão extraordinária que estava prevista para as dezoito horas do dia anterior, ocasião em que, seria concluída uma etapa do processo de impeachment da Prefeita. Lamentou os acontecimentos que

A autenticidade deste documento pode ser atestada acessando: http://ipora.legosistemas.com.br/autenticidade
Hash de Autenticidade: 9SX5SJT3-8YL0V97Z - Gerado em 22/10/2026 - 08:47:19

impediram a continuidade dos trabalhos da comissão, mencionando os pedidos apresentados pela defesa da chefe do Executivo e a suspensão ocorrida pouco antes da sessão. Destacou o trabalho desenvolvido pela vereadora Viviane Specian e pelos vereadores Cássio Lara e Ricardo Vital, elogiando a atuação da comissão e afirmando que os procedimentos foram conduzidos com transparência, responsabilidade e respeito ao direito de defesa da prefeita. Criticou a postura da chefe do Executivo por, não comparecer perante a comissão para apresentar sua defesa, apesar de lhe terem sido oferecidas oportunidades para isso. Ressaltou, que a suspensão dos trabalhos não significava o encerramento do processo, mas apenas uma decisão temporária, uma vez que os procedimentos continuariam em andamento. Criticou a comemoração da decisão por parte de integrantes da base governista e de servidores municipais, considerando inadequada a celebração diante das denúncias e dos problemas que, afetavam a administração pública. Mencionou possíveis irregularidades relacionadas aos empréstimos consignados dos servidores e aos descontos referentes aos planos de saúde, alegando que os valores descontados dos salários não estariam sendo devidamente repassados às instituições responsáveis. Contestou as declarações do Senador da República Gustavo Gayer, que teria criticado a atuação dos parlamentares, associando à chamada “velha política”. Afirmou que, em sua avaliação, as práticas que mereciam críticas eram aquelas atribuídas à atual gestão municipal,

A autenticidade deste documento pode ser atestada acessando: http://ipora.legosistemas.com.br/autenticidade
Hash de Autenticidade: 9SX5SJT3-8YL0V97Z - Gerado em 22/10/2026 - 08:47:19

especialmente em relação às dificuldades enfrentadas pelos servidores públicos, aos supostos atrasos nos pagamentos de fornecedores e médicos e aos problemas no funcionamento da saúde pública. Convidou o senador a visitar Iporá e ouvir diretamente os servidores, os fornecedores e a população, a fim de conhecer a realidade do município. Questionou a contratação de um advogado para prestar serviços à administração municipal, mencionando o valor de trinta mil reais mensais, que corresponderia a trezentos e sessenta mil reais por ano, e classificou a despesa como excessiva diante dos problemas enfrentados pelo município. Reafirmou que não se deixaria influenciar por pressões e que manteria sua posição em respeito ao compromisso assumido perante a Justiça e a população de Iporá. Declarou que continuaria acompanhando os trabalhos da Comissão e a análise dos relatórios, os quais, segundo afirmou, apontariam crimes cometidos pela atual gestão municipal. Defendeu, que a Prefeita comparecesse perante a Comissão, a fim de exercer seu direito de defesa. A Vereadora Viviane Specian cumprimentou os vereadores, as vereadoras, a população iporaense e, a Senhora Denise Pinheiro, presidente do SINDIPORÁ, estendendo os cumprimentos aos demais presentes. Esclareceu que utilizava a tribuna não apenas na condição de vereadora, mas também como presidente da Comissão Processante responsável pela condução do processo envolvendo a prefeita municipal. Explicou que os trabalhos da Comissão Processante haviam sido encerrados em dezessete de outubro de dois mil e vinte e seis, ocasião em

A autenticidade deste documento pode ser atestada acessando: http://ipora.legosistemas.com.br/autenticidade
Hash de Autenticidade: 9SX5SJT3-8YL0V97Z - Gerado em 22/10/2026 - 08:47:19

que ela e os vereadores Cássio Lara e Ricardo Vital entregaram o processo à Câmara Municipal. Entretanto, em razão da decisão judicial que interrompeu a sessão extraordinária de julgamento da prefeita, prevista para o dia anterior, a Comissão foi orientada a retomar os trabalhos. Diante disso, afirmou que os membros cumprirão integralmente as determinações judiciais e atenderão às providências solicitadas. Ressaltou que não era a primeira vez que a Comissão atendia às determinações da Justiça, destacando que todas as exigências estabelecidas em decisão anterior haviam sido cumpridas. Informou que, a prefeita e sua defesa não apresentaram manifestações perante a Comissão, não contestaram as provas produzidas e tampouco demonstraram interesse em participar das reuniões para as quais foram intimadas. Informou que foram realizadas diversas tentativas de intimação, inclusive por edital, sem que houvesse manifestação da denunciada ou de sua defesa. Observou que, enquanto permaneciam inertes perante a Comissão Processante, atuavam judicialmente por meio de sucessivas tentativas de arquivamento do processo. Sobre as manifestações de comemoração relacionadas à interrupção da sessão de julgamento, afirmou considerar a situação vergonhosa para o município, por entender que o caso ainda não foi concluído e continua gerando desgaste para a cidade. Informou que a decisão judicial determinou a retomada dos trabalhos, estabelecendo o prazo até dezesseis de novembro de dois mil e vinte e seis. Manifestou, preocupação com a possibilidade de o processo continuar sem

A autenticidade deste documento pode ser atestada acessando: http://ipora.legosistemas.com.br/autenticidade
Hash de Autenticidade: 9SX5SJT3-8YL0V97Z - Gerado em 22/10/2026 - 08:47:19

solução até o encerramento dos trabalhos legislativos, previsto para dezembro. Comentou sobre as críticas de que o caso estaria se transformando em uma novela, e declarou que começava a concordar com essa avaliação, por considerar que houve tempo suficiente para a conclusão do procedimento. Recordou que a primeira tentativa de intimação ocorreu em dezenove de maio de dois mil e vinte e seis e afirmou que, caso a prefeita tivesse recebido e assinado a intimação e apresentado sua defesa naquele momento, o processo poderia ter sido concluído dentro do prazo inicialmente previsto de noventa dias, sem a necessidade de novas intervenções judiciais. Reafirmou que, na condição de presidente da Comissão Processante, manteria o compromisso de dar continuidade aos trabalhos, cumprir a decisão judicial e providenciar a realização de uma nova sessão de julgamento, observados os procedimentos legais. Afirmou que a Comissão dará continuidade ao processo, não permitindo que ele seja arquivado apenas pelo vencimento do prazo, e defendeu que sejam tomadas as providências necessárias para seu devido andamento. Mencionou, um possível aspecto positivo dos acontecimentos, observando que, após o anúncio da sessão extraordinária de julgamento, alguns servidores municipais que não haviam recebido seus pagamentos teriam recebido os valores naquele dia. Sugeriu, que a realização de sessões extraordinárias talvez pudesse servir de incentivo para que os pagamentos dos servidores fossem efetuados dentro do mês. O Vereador Cássio Lara abordou a responsabilidade dos membros das Comissões

A autenticidade deste documento pode ser atestada acessando: http://ipora.legosistemas.com.br/autenticidade
Hash de Autenticidade: 9SX5SJT3-8YL0V97Z - Gerado em 22/10/2026 - 08:47:19

Processantes, ressaltando que os trabalhos devem ser conduzidos com seriedade e em conformidade com as determinações judiciais. Relatou situações de provocações e tentativas de constrangimento durante visitas à Prefeitura e destacou a importância de a população acompanhar e avaliar a atuação dos vereadores no exercício de suas funções nas referidas Comissões. Questionou a mudança do Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) para outro imóvel sem a prévia formalização do contrato de locação, alegando que o imóvel pertenceria a um familiar de um secretário municipal. Cobrou planejamento e transparência por parte da Administração Municipal. Denunciou possíveis irregularidades na distribuição de oito mata-burros destinados a produtores rurais, afirmando que apenas dois teriam sido entregues aos beneficiários inicialmente previstos, enquanto os demais teriam sido destinados a outras localidades. Informou que, naquela data, estaria prevista a instalação de um dos equipamentos na região do Barro Branco, nas proximidades da fazenda do Vereador Samuel Queiroz e de propriedades pertencentes à família Peixoto, na região do Jacaré. Relatou que, o equipamento estaria sendo destinado a local diverso daquele inicialmente previsto, em prejuízo de um produtor rural que, havia recebido da Prefeitura o compromisso de instalação. Questionou os critérios adotados para a distribuição dos equipamentos e cobrou o cumprimento dos compromissos assumidos com os produtores rurais. Criticou a Administração Municipal, classificando-a como desastrosa e que, não demonstraria compromisso com a população de Iporá.

A autenticidade deste documento pode ser atestada acessando: http://ipora.legosistemas.com.br/autenticidade
Hash de Autenticidade: 9SX5SJT3-8YL0V97Z - Gerado em 22/10/2026 - 08:47:19

Destacou falhas nos repasses dos valores descontados dos servidores a título de empréstimos consignados, bem como no pagamento dos serviços de transporte de pacientes, alegando que tais situações estariam causando prejuízos aos servidores públicos e aos cidadãos atendidos. Solicitou o apoio dos demais vereadores na fiscalização e na apuração das situações relatadas. O vereador Samuel Queiroz solicitou questão de ordem, cumprimentou os Nobres Pares e todos os presentes. Esclareceu que, embora tenha ficado satisfeito com o atendimento à região do Jacaré, mencionada pelo vereador Cássio Lara, o mata-burro instalado não está localizado em sua propriedade, tampouco se trata de uma solicitação de sua autoria. Ressaltou a importância da melhoria para os produtores rurais, destacando o direito de todos de trafegar com segurança e qualidade, e afirmou que seu esclarecimento não tinha caráter de crítica, mas apenas de deixar os fatos devidamente esclarecidos. Comentou sobre a sessão extraordinária que seria realizada no dia anterior para deliberar sobre questões importantes relacionadas ao município. Ressaltou que não pretendia antecipar ou questionar o posicionamento dos demais vereadores, mas considerava importante que o processo fosse concluído, independentemente do resultado, para que o município pudesse seguir seu rumo e superar a situação de indefinição. Reconheceu que, diante da interferência do Poder Judiciário, cabe aos vereadores acatar as decisões judiciais, ainda que nem todos concordem com elas. Relatou que os parlamentares do Partido Liberal (PL) foram procurados por

A autenticidade deste documento pode ser atestada acessando: http://ipora.legosistemas.com.br/autenticidade
Hash de Autenticidade: 9SX5SJT3-8YL0V97Z - Gerado em 22/10/2026 - 08:47:19

suas lideranças, ocasião em que receberam sugestões sobre o assunto. Entretanto, enfatizou que o voto de cada vereador é individual e que cabe exclusivamente ao parlamentar decidir seu posicionamento, sem imposição partidária. Esclareceu que não estava declarando seu voto favorável ou contrário, mas reafirmando sua autonomia para decidir conforme seu próprio entendimento. Mencionou seu apoio eleitoral ao Senador Gustavo Gayer, mas considerou infeliz a manifestação pública do parlamentar sobre a situação política do município, avaliando que ele deveria ter buscado mais informações e ouvido previamente os vereadores do PL que integram a Câmara Municipal de Iporá. Ressaltou que respeita a liberdade de expressão e a posição do senador dentro do partido, mas defendeu que os vereadores locais fossem ouvidos antes de qualquer manifestação pública. O vereador Cássio Lara solicitou questão de ordem, esclareceu que, ao mencionar o vereador Samuel Queiroz, referia-se à região do Barro Forte, e não à sua propriedade rural. Informou que verificaria a entrega dos mata-burros adquiridos por licitação, destinados a atender produtores rurais de localidades como Cruzeirinho, Santa Marta, e Jacinópolis, entre outras. Criticou a gestão municipal, alegando perseguição ao seu mandato e aos produtores rurais que aguardam o cumprimento de compromissos assumidos pela Secretaria de Administração. O vereador Kelio Borges solicitou questão de ordem, destacou que os integrantes do PL respeitam a democracia e o direito de manifestação, lamentando o cancelamento da sessão extraordinária

A autenticidade deste documento pode ser atestada acessando: http://ipora.legosistemas.com.br/autenticidade
Hash de Autenticidade: 9SX5SJT3-8YL0V97Z - Gerado em 22/10/2026 - 08:47:19

prevista para o dia anterior. Ressaltou a importância do diálogo com o partido e da união dos parlamentares em prol do desenvolvimento de Iporá, independentemente de quem esteja à frente do Executivo. Relatou sua insatisfação pela falta de reconhecimento ao trabalho de articulação de emendas parlamentares, citando o recurso de duzentos mil reais destinado à saúde e a proposta de aplicação de cem mil reais na revitalização da Praça da Liberdade e cem mil reais no Piscinão do Passarinho. Defendeu o compromisso conjunto dos vereadores com a melhoria da cidade e o atendimento às necessidades da população. A Vereadora Viviane Specian solicitou questão de ordem, e informou que, em cumprimento à determinação judicial, seria necessário dar prosseguimento aos trabalhos da comissão. Por esse motivo, comunicou que ela e os vereadores Cássio Lara e Ricardo Vital, precisariam se ausentar da sessão, solicitando autorização para se retirarem. Sendo aceita pelo Senhor Presidente a justificativa de ausência dos parlamentares. O vereador Carlos Henrique solicitou questão de ordem, cumprimentou, os parlamentares e a população presente e que acompanhava a sessão pelas redes sociais. Informou que uma emenda parlamentar de duzentos mil reais, destinada pelo Deputado Estadual Jamil Calife e paga em abril, para a reforma e ampliação do Núcleo Infantil Padre Wiro, não havia sido executada, ressaltando que a licitação não havia sido realizada e as obras não tinham sido iniciadas. Cobrou providências da administração municipal para a efetivação do investimento. Denunciou o

A autenticidade deste documento pode ser atestada acessando: http://ipora.legosistemas.com.br/autenticidade
Hash de Autenticidade: 9SX5SJT3-8YL0V97Z - Gerado em 22/10/2026 - 08:47:19

acúmulo de lixo há mais de cinco dias na Avenida XV de Novembro, nas proximidades das lojas Magalu, A credilar e Móveis Estrelas, destacando a importância da avenida para a imagem do município. Solicitou à Secretaria de Obras e ao setor responsável pela coleta que providenciassem a limpeza do local. Comentou a suspensão judicial da sessão extraordinária destinada ao julgamento da prefeita municipal, manifestando compreensão quanto à frustração de parte da população. Aconselhou a prefeita a dialogar com os vereadores e reavaliar a atuação de integrantes de sua equipe administrativa. O vereador Rafael Junio solicitou questão de ordem, manifestou solidariedade aos vereadores Cássio Lara, Kelio Borges e Carlos Henrique, bem como aos demais parlamentares que declararam publicamente seus posicionamentos sobre a votação que ocorreria na sessão extraordinária, referente ao afastamento ou à permanência da prefeita no cargo. Ressaltou que a população tem o direito de conhecer a posição de cada vereador e parabenizou os parlamentares que se manifestaram, destacando que essas declarações contribuem para que os eleitores se sintam representados. O vereador Rangel Pimenta solicitou questão de ordem, cumprimentou os parlamentares e todos os presentes. Manifestou preocupação com os prejuízos que a indefinição sobre o processo de impeachment da prefeita Maysa Cunha poderia causar ao município, destacando que a instabilidade política compromete a imagem de Iporá e pode afastar possíveis investidores, prejudicando o desenvolvimento local. Declarou que

A autenticidade deste documento pode ser atestada acessando: http://ipora.legosistemas.com.br/autenticidade
Hash de Autenticidade: 9SX5SJT3-8YL0V97Z - Gerado em 22/10/2026 - 08:47:19

estava decidido a votar favoravelmente ao impeachment na sessão extraordinária prevista para o dia anterior, por entender que a situação precisava ser resolvida diante da expectativa da população por uma definição. Ressaltou que os vereadores têm a responsabilidade de fiscalizar possíveis irregularidades e exercer suas prerrogativas legais. Defendeu que o impasse seja solucionado o mais breve possível, para que o município possa retomar seu desenvolvimento, buscar emendas parlamentares e dar continuidade às ações necessárias, evitando que a incerteza política continue prejudicando a cidade. **O Senhor Presidente anunciou a ORDEM DO DIA**. **1ª Discussão e Votação do Projeto de Indicativo nº 10/2026** de autoria do vereador Carlos Eduardo que, "dispõe sobre diretrizes para a adequação do exercício da atividade de condutor de ambulância no âmbito do município de Iporá – GO, em conformidade com a Lei Federal nº 15.250, de 3 de novembro de 2025, e dá outras providências". O Senhor Presidente, vereador Carlos Eduardo, solicitou a compreensão e o apoio dos demais parlamentares à aprovação do projeto indicativo, ressaltando que a proposta se baseia em situações observadas no país e na necessidade de capacitação dos condutores de ambulância para o adequado desempenho de suas funções. Solicitou, que, após a aprovação, o Poder Executivo e o departamento jurídico analisem a sugestão e verifiquem a possibilidade de transformá-la em Projeto de Lei, observando os requisitos legais. O projeto de indicativo foi aprovado por 9 votos favoráveis e nenhum voto ao contrário. **1ª Discussão e**

A autenticidade deste documento pode ser atestada acessando: http://ipora.legosistemas.com.br/autenticidade
Hash de Autenticidade: 9SX5SJT3-8YL0V97Z - Gerado em 22/10/2026 - 08:47:19

Votação do Requerimento nº 115/2026 de autoria da vereadora Ronis Suavinha. O requerimento foi aprovado por 9 votos favoráveis e nenhum voto ao contrário. **1ª Discussão e Votação do Requerimento nº 116/2026** de autoria da vereadora Ronis Suavinha. O requerimento foi aprovado por 9 votos favoráveis e nenhum voto ao contrário. **1ª Discussão e Votação do Requerimento nº 117/2026** de autoria do vereador Carlos Henrique. O vereador Carlos Henrique, explicou que o requerimento foi solicitado por comerciantes da praça, que está fechada desde janeiro, aguardando uma reforma que não foi iniciada. Relatou que a falta de estacionamento tem prejudicado o movimento e provocado queda nas vendas dos estabelecimentos existentes no local. Solicitou ao Poder Executivo a liberação do estacionamento na praça até o início das obras, a fim de favorecer o comércio local e recuperar o fluxo de clientes. O Vereador Kelio Borges parabenizou o Vereador Carlos Henrique pelo requerimento e relatou que também foi procurado pelo comerciante Nivaldo do Pastel, que apresentou dificuldades no atendimento aos clientes em razão da proximidade das bancas de frutas. Destacou, os transtornos causados pela retirada das vagas de estacionamento e os impactos no trânsito local. Declarou voto favorável ao requerimento e colocou-se à disposição para buscar, junto à Secretaria de Obras e aos órgãos competentes, medidas que contribuam para melhorar o fluxo de veículos e as condições de estacionamento na região. O requerimento foi aprovado por 09 votos favoráveis e nenhum voto ao contrário.

A autenticidade deste documento pode ser atestada acessando: http://ipora.legosistemas.com.br/autenticidade
Hash de Autenticidade: 9SX5SJT3-8YL0V97Z - Gerado em 22/10/2026 - 08:47:19

O Senhor Presidente encerrou a ORDEM DO DIA. Em suas considerações finais o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a presente sessão. Sendo esta Ata lida, aprovada e assinada pelo Presidente e Primeiro-Secretário da Mesa Diretora.

Carlos Eduardo M. de Alencar
Presidente

Cássio Douglas Mendes Lara
Primeiro-Secretário

A autenticidade deste documento pode ser atestada acessando: http://ipora.legosistemas.com.br/autenticidade
Hash de Autenticidade: 9SX5SJT3-8YL0V97Z - Gerado em 22/10/2026 - 08:47:19